

ASPECTOS PRÁTICOS DA PESQUISA EMPÍRICA EM DIREITO: uma discussão a partir da experiência etnográfica no tribunal do júri //

*Fábio Ferraz de Almeida*¹

Palavras-chave

Metodologia / Tribunal do júri / Etnografia

////////////////////////////////////

Sumário

- 1 **Introdução**
- 2 **Definindo um objeto**
- 3 **Construindo um problema de pesquisa**
- 4 **A pesquisa de campo**
- 5 **Obstáculos práticos da pesquisa**
- 6 **Pensando as entrevistas**
- 7 **Realizando as entrevistas**
- 8 **Intensificando a análise dos dados**
- 9 **Considerações finais**
- 10 **Referências**

Resumo

Neste artigo, estou fundamentalmente interessado em discutir os aspectos práticos da pesquisa de campo em instituições jurídicas, a partir da experiência etnográfica no Tribunal do Júri em Juiz de Fora/MG. Primeiramente, explico como se deu a definição do objeto e a construção do problema de pesquisa. Em seguida, faço uma apresentação da pesquisa de campo, mostrando o que me guiou e em que direção. Nesta parte, procuro abordar os principais obstáculos à pesquisa encontrados ao longo do percurso. Conjuntamente, tento comentar como surgiu a ideia das entrevistas, como as realizei, quais foram as inquietações e como tratei os dados dessa natureza. O que proponho é, portanto, discutir a pesquisa empírica não a partir dos seus resultados, mas do processo pela qual ela foi construída.

1. Mestre em Direito pela PUC-Rio. Bacharel em Direito pela UFJF. Assistente de Pesquisa da FGV Direito Rio.

PRACTICAL ASPECTS OF EMPIRICAL LEGAL STUDIES: a discussion based on an ethnography of a trial by jury in Brazil // *Fábio Ferraz de Almeida*

Keywords

Methodology / Trial by jury / Ethnography

////////////////////////////////////

Abstract

This paper discusses the practical aspects of performing empirical research in judicial institutions, based on my ethnography on the trial by jury in the city of Juiz de Fora/MG. First, I explain how I chose the object of study and formulated the research questions. Next, I present my fieldwork, showing what guided me and in which direction. In this part, I describe the main obstacles found during the course of this research. Thereafter, I comment on how the idea to do interviews emerged, how I performed them, which problems I needed to solve and how I treated such data. Thus, I propose to discuss the empirical research not by its results but based on the process by which it was socially constructed.

1 Introdução

Nos últimos 20 anos, temos acompanhado o crescimento e a consolidação da pesquisa empírica em Direito. Iniciativas pioneiras como as do Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa (NUFEP), ligado à Universidade Federal Fluminense (UFF), e do Centro de Estudos em Direito e Sociedade (CEDES), formado por pesquisadores do antigo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) foram primordiais para a institucionalização de uma agenda de pesquisa empírica em Direito (Geraldo, Fontainha, & Veronese, 2010).

Esse crescente movimento em direção à empiria modifica, necessariamente, a forma como se faz e como se discute a pesquisa em Direito, criando uma demanda por novos debates sobre metodologia, muitas vezes negligenciada nos trabalhos teóricos da área.

A ideia de produzir este artigo surgiu de algumas reflexões que venho desenvolvendo há alguns anos, quando comecei a pesquisa que gerou minha dissertação de mestrado. Ao iniciar a revisão da bibliografia que tratava de meu objeto de pesquisa – o Tribunal do Júri no Brasil – percebi que a grande maioria dos trabalhos ignorava a questão metodológica. Apenas as teses e dissertações realizadas em programas de pós-graduação em Sociologia e Antropologia, ainda que nem todas, pareciam direcionar algum esforço para discutir como o trabalho foi efetivamente construído.

Este trabalho, assim, está fundamentalmente preocupado em tratar duas questões: 1) o que é a metodologia de um trabalho acadêmico em Direito?; 2) como uma pesquisa empírica em Direito pode ser debatida? Minha proposta não é responder diretamente cada uma dessas perguntas, mas aproveitar minha experiência na realização de pesquisa empírica durante o mestrado, entre 2011 e 2013, para exemplificar o que é possível discutir adotando-se uma perspectiva considerada pouco ortodoxa.

Dessa maneira, apresentarei como toda a investigação foi elaborada. Primeiramente, tratarei de explicar como se deu a definição do objeto e a construção do problema de pesquisa. Em seguida, farei uma apresentação da pesquisa de campo, mostrando o

que me guiou e em que direção. Nesta parte, abordarei os principais obstáculos de pesquisa encontrados ao longo do percurso. Conjuntamente, tentarei comentar como surgiu a ideia das entrevistas, como as realizei, quais foram as inquietações e como tratei os dados dessa natureza.

2 Definindo um objeto

Meu interesse pela dinâmica do Tribunal do Júri surgiu a partir de uma conversa com um juiz, meu vizinho à época. Eu acabara de ingressar no mestrado e estava de mudança para o Rio de Janeiro. Comentando com ele sobre minha vida profissional e meus objetivos, fiz referência a meu trabalho de conclusão de curso, no qual realizei uma investigação empírica na Procuradoria do INSS em Juiz de Fora/MG (Ferraz de Almeida, 2010). Interessado, ele pediu para que eu enviasse aquele trabalho. Assim que terminou de ler, perguntou-me sobre a possibilidade e a vontade de elaborar algo parecido para o mestrado, só que desta vez, no Tribunal do Júri, onde ele trabalhava.

A princípio, fiquei um pouco receoso. Eu nunca havia assistido a um julgamento no Júri e meus esforços de estudo estavam concentrados na temática do “*decision-making*”. Além disso, imaginava que já existia uma infinidade de trabalhos etnográficos no júri brasileiro.

Nesta época, bem no início de 2011, eu ainda não havia me dado conta da importância de possuir o que os etnógrafos chamam de “*gatekeeper*”. Uma pesquisa de campo exige um acesso aos dados que não é evidente. Se eu não contasse com alguém que abrisse as portas do tribunal, dificilmente poderia realizar a pesquisa de campo.

Tomando consciência da oportunidade de contar com esse “*gatekeeper*”, comecei a fazer uma revisão bibliográfica sobre o que já havia sido escrito a respeito do Tribunal do Júri no Brasil, sobretudo a partir de dados empíricos. Para minha surpresa, a grande maioria dos trabalhos empíricos vinha das áreas da Antropologia e da Sociologia (Adorno, 1994; Figueira, 2007; Kant de Lima, 1999, 2008; Lorea, 2003; Moreira-Leite, 2006; Nunez, 2012; Schritzmeyer, 2002, 2007, 2008), enquanto que no Direito, o debate resumia-

-se a questões de direito positivo (Tubenclak, 1997; Nucci, 2010, 2012; Tourinho Filho, 2012) e a alguns poucos trabalhos interdisciplinares (Rangel, 2012; Streck, 2001). Essa escassez de trabalhos empíricos no Direito me encorajou a aceitar o desafio de estudar, de dentro, o Tribunal do Júri em Juiz de Fora.

3 Construindo um problema de pesquisa

Definido *onde* fazer a pesquisa, restava escolher *o que* e *como* pesquisar. Pelos cânones científicos tradicionais, convencionou-se que, num projeto de pesquisa, o pesquisador deve estabelecer quais problemas irá enfrentar e quais hipóteses pretende testar ao longo da investigação. Essa postura epistemológica, entretanto, não dá conta de descrever o processo através do qual o trabalho é efetivamente construído (Latour & Wolgar, 1979; Latour, 2010; Lynch, 1997). Assim, acredito que os problemas de pesquisa são construídos pouco a pouco, entre idas e vindas, do campo à análise dos dados, já que os fenômenos sociais encontram-se em constante atualização (Blumer, 1986; Coulon, 1995; Garfinkel, 1984).²

Enfim, eu sabia apenas que gostaria de compreender a dinâmica de funcionamento do Tribunal do Júri, sobretudo no que dizia respeito à participação dos jurados ao longo de todo esse processo. Dessa forma, restava clara para mim a necessidade de ir até o tribunal e observar como as pessoas realizavam suas tarefas cotidianas por lá. Seria então, a partir desse período de observação que eu conseguiria vislumbrar melhor com o que trabalhar ao longo da pesquisa.

4 A pesquisa de campo

Comecei meu trabalho de campo em dezembro de

2. A etnometodologia rompe com a sociologia tradicional porquanto não admite que existam hipóteses e problemas de pesquisa “a priori”, antes da ida ao campo. Os fenômenos sociais estão em constante construção e transformação e só são passíveis de compreensão a partir de uma dialética, entre o que se observa no campo e o que se analisa fora dele. Isso ficou claro para mim quando, ao longo da pesquisa, deixei de me concentrar na tentativa de entender os mecanismos pelos quais os jurados decidiam e passei a prestar mais atenção na forma como eles interagiam com os demais indivíduos e na maneira como relatavam suas experiências enquanto tais.

2011. Antes de ir ao tribunal, liguei para o juiz e combinamos de nos encontrar por lá, logo quando ele chegasse, bem no início da tarde. O tribunal fica localizado no centro da cidade de Juiz de Fora,³ num prédio de quatro andares onde funciona a Justiça Estadual. No primeiro piso há a parte de distribuição e de protocolo, onde os advogados entregam suas peças processuais, que são direcionadas às respectivas secretarias. As varas criminais, incluindo o Tribunal do Júri, ficam no terceiro piso.

O juiz já havia me avisado que naquele dia seria realizado o último júri do ano. Depois disso, os funcionários do fórum entrariam em recesso e o expediente de trabalho só retornaria na segunda semana de janeiro do ano seguinte.

Chegando ao tribunal, notei que os portões do salão do júri ainda estavam fechados. Assim que se abriram, eu e outras cinco pessoas entramos e nos sentamos. Ao contrário dos demais, que se dirigiram às primeiras fileiras, preferi ficar a uma distância um pouco maior, onde além de ouvir bem o que era falado no julgamento, pudesse também observar a movimentação das pessoas que sentaram à minha frente.

Esse primeiro contato com o campo me deu algumas ideias e pistas de como e com o que trabalhar. Notei, por exemplo, que: 1) o papel do juiz aparentava ser mais importante do que imaginava. Pelo que percebi, era ele quem resumia o conteúdo dos autos do processo para os jurados, logo no início do júri, tentando “traduzir” os termos jurídicos para uma linguagem ordinária; 2) os jurados já pareciam possuir certa intimidade com o juiz e com os procedimentos, pois em momento algum pediram uma segunda explicação do que deveria ser feito; 3) o juiz aproveitava o tempo dos debates orais do promotor e do advogado de defesa para realizar uma série de tarefas práticas a respeito de outros processos; ele assinava papéis e atendia algumas pessoas que desejavam falar com ele; 4) existia um projeto para se criar uma associação dos jurados de Juiz de Fora, a qual seria presidida por um

3. Juiz de Fora é um município situado no interior de Minas Gerais, próximo ao Rio de Janeiro. Localiza-se a 283 km da capital, Belo Horizonte, numa região denominada Zona da Mata, no sudeste do estado. Sua população é de pouco mais de 500 mil habitantes e sua economia é basicamente voltada para o setor de serviços.

dos jurados mais antigos do tribunal.

Terminado o júri, tive a oportunidade de conversar com o juiz em seu gabinete. Combinamos que assim que as atividades no fórum recomeçassem dali a duas semanas, eu voltaria ao tribunal e iniciaria um estágio dentro da secretaria. Embora eu notasse que ele estranhara minha opção por trabalhar junto aos escreventes, em vez de me dedicar apenas à observação dos plenários do júri, sua reação foi positiva, já que segundo ele, a escritã substituta estava mesmo precisando de alguém para ajudá-la nesse início de ano, quando alguns dos escreventes e a escritã estariam de férias.

Trabalhar na secretaria significaria participar ativamente das dinâmicas de trabalho junto aos escreventes, assessores e escritã. E mais do que isso, significaria tornar-me um “membro”, no sentido etnometodológico. Ou seja, aprendendo as práticas comuns de um determinado grupo social, eu passaria a compartilhar sua linguagem e os significados de suas ações (Coulon, 1995, p. 47-48; Garfinkel & Sacks, 1970).

Segundo Garfinkel e Sacks (1970):

“The notion of member is the heart of the matter. We do not use the term to refer to a person. It refers instead to mastery of natural language, which we understand in the following way. We offer the observation that persons, because of the fact that they are heard to be speaking a natural language, somehow are heard to be engaged in the objective production and objective display of commonsense knowledge of everyday activities as observable and reportable phenomena. We ask what it is about natural language that permits speakers and auditors to hear, and in other ways to witness, the objective production and objective display of commonsense knowledge, and of practical sociological reasoning as well. What is it about natural language that makes these phenomena observable-reportable, that is, account-able phenomena? For speakers and auditors the practices of natural language somehow exhibit these phenomena in the particulars of speaking, and that these phenomena are exhibited is thereby itself made exhibitable in

further description, remark, questions, and in other ways for the telling.”⁴

Em virtude desse período enquanto estagiário/pesquisador no Tribunal do Júri, eu pude compartilhar e experimentar o mundo social dos que ali trabalham. Uma de minhas tarefas, portanto, deveria ser a de *descrever* a organização das categorias criadas por esses membros, que dão sentido às suas ações.

Tornar-me membro, entretanto, não significava que eu me igualaria a eles. Mesmo passando por esse processo intenso de socialização, minha atividade dentro do fórum era diferente da dos demais por um motivo bem simples: as implicações práticas do que acontecia no trabalho eram diferentes para eles e para mim. Por exemplo, minha chegada atrasada ou saída adiantada não gerava qualquer tipo de reprimenda, formal ou informal, enquanto que no caso deles, a consequência ia desde um comentário debochado feito pelos companheiros de trabalho até uma advertência formal por parte do juiz.

5 Obstáculos práticos da pesquisa

Os problemas de pesquisa são, antes de qualquer coisa, obstáculos práticos⁵ (Becker, 1998; Fontinha, 2012; Geraldo, 2011). Assim que defini pela realiza-

4. A noção de membro é o cerne da questão. Não empregamos o termo “membro” com referência a uma pessoa. Refere-se, sim, ao domínio da linguagem natural, o que entendemos da seguinte maneira. Observamos que as pessoas, porque estão falando uma linguagem natural, de alguma forma, estão envolvidas na produção e na exibição objetivas do conhecimento de senso comum de atividades cotidianas como fenômenos observáveis e reportáveis. Perguntamos: o que a linguagem natural possui que permite que falantes e ouvintes ouçam, e de outra forma, testemunhem a produção e exibição objetivas do conhecimento de senso comum, e também do raciocínio sociológico prático? O que tem a linguagem natural que faz com que esses fenômenos sejam observáveis-reportáveis, isto é, fenômenos relatáveis? Para falantes e ouvintes, as práticas da linguagem natural, de alguma forma, apresentam esses fenômenos nas particularidades da fala. E que esses fenômenos são exibidos é por si só, e por isso, exibível em descrições adicionais, observações, perguntas e outras formas de narração (tradução livre).

5. As questões práticas de pesquisa, embora pareçam distantes das preocupações intelectuais dos pesquisadores, são fundamentais. Realizar uma pesquisa de campo implica em definir onde fazer, como fazer, com quem falar, como falar, etc. Isto tudo modifica a forma como o trabalho é construído, devendo sempre estar explicitado ao longo da pesquisa.

ção de uma etnografia no Tribunal do Júri em Juiz de Fora surgiram alguns questionamentos: o que observar? De onde observar? Por quanto tempo observar? O que anotar? Como anotar? Com quem interagir? Como interagir?

O objetivo da pesquisa de campo era tentar acompanhar um pouco do trabalho rotineiro de cada um dos funcionários do tribunal. No total, além do juiz, eram seis escreventes, uma escrivã, dois assessores, dois oficiais de justiça e uma estagiária. Trabalhavam para o juiz ainda, um motorista, um segurança e uma secretária. De alguma maneira, todos eles eram importantes para a realização das tarefas cotidianas. A secretária, por exemplo, era responsável por atender as pessoas que procuravam pelo juiz. Ela os anunciava e ordenava essas visitas.

Ao longo da primeira semana, dediquei-me a acompanhar o trabalho da escrevente que estava substituindo a escrivã. Percebi que essa não seria a estratégia mais adequada, pois o trabalho entre os funcionários era coordenado, isto é, existe uma disposição metódica de reciprocidade ou de continuidade entre suas tarefas. Essa coordenação torna-se mais visível quando a rotina é quebrada, seja por um erro individual ou por um pedido de ajuda (Geraldo, 2011, p. 158-179). Por mais que as tarefas de cada um deles fossem bem definidas, volta e meia um conversava com o outro buscando algum tipo de esclarecimento. Além disso, como as audiências e os júris aconteciam fora da secretaria, para acompanhá-los, eu teria de parar de seguir o serviço interno. Assim, o que me pareceu mais acertado foi, nesse segundo momento, dar prioridade às audiências e aos júris. Quando não houvesse nenhum dos dois eventos – o que representava a maior parte do tempo – ficaria dentro do cartório observando o trabalho dos funcionários e ajudando no que fosse possível, afinal, eu me oferecera para estagiar ali no período da pesquisa.

Ter de observar todos esses cenários não foi uma tarefa fácil. Eu levava comigo apenas um pequeno bloco de anotações e uma caneta. Como no Brasil não é costume tomar notas enquanto estagiário, minha posição de pesquisador acabava sendo mais nítida, sobretudo para os escreventes e os demais funcioná-

rios do tribunal, que diversas vezes me perguntavam a respeito do mestrado, da pesquisa e dos meus interesses no trabalho deles.

Minha posição então, como estagiário/pesquisador era ambígua. Logo no primeiro dia, enquanto fazia anotações numa audiência, a estagiária sentou-se ao meu lado e perguntou se eu também era estagiário e se estava começando. Eu não sabia muito bem como responder, pois não tinha ideia do que ela imaginava ser uma pesquisa em direito. Respondi então, o que me passou pela cabeça no momento: “Mais ou menos. Sou formado e estou fazendo uma pesquisa para o mestrado”. Ela então se colocou à disposição para ajudar no que fosse possível. Ademais, olhou para o meu bloco de anotações e disse que fazia o mesmo no início do estágio, o que foi um alívio para mim. Assim, minhas notas eram ao mesmo tempo: anotações de um estagiário novato e rascunhos de um caderno de pesquisa de um etnógrafo.

Essas anotações concentraram-se em três momentos e espaços distintos: (1) as audiências, (2) os júris e (3) o trabalho interno na secretaria. Tomar notas nas audiências e nos júris era uma tarefa menos trabalhosa, pois em geral, eu era apenas um observador da cena, embora algumas vezes tivesse de ajudar os escreventes em tarefas como colher as assinaturas das testemunhas e dos réus e levar alguns recados ao pessoal que continuava trabalhando na secretaria nestas ocasiões.

Nas audiências, procurei sentar-me na cadeira ao lado do escrevente responsável por datilografar o que o juiz ditava ao longo dessa etapa processual. Nessa posição, eu conseguia escutar bem o que promotor, juiz, testemunhas e réu falavam. Além disso, ficar de frente para o público facilitava minha tarefa de observar como as pessoas que assistiam às audiências se comportavam. Eu não conseguia ouvi-las, mas se sentasse próximo a elas, não conseguiria escutar o que era dito na audiência, já que ninguém fazia uso de microfones.

Nos júris, a tarefa tornava-se um pouco mais delicada. Além da presença dos jurados, pelos quais estava bastante interessado, o público era bem maior e mais funcionários participavam do procedimento. Mas en-

tão, o que observar? De onde?

A princípio, procurei sentar-me numa das várias cadeiras que ficavam atrás do juiz e do promotor, num lugar onde eu pensava poder prestar a atenção em tudo o que ocorria no júri. Dessa posição, só não tinha uma visão muito clara do público. Ao longo das semanas, fui percebendo que poderia trocar de posição durante os júris. Assim, por exemplo, quando o advogado e o promotor faziam os debates orais, eu tentava me deslocar para uma cadeira de onde pudesse escutar melhor o que estava sendo dito e observar mais detalhadamente as reações dos jurados.

Mesmo definindo o que observar e de onde observar, restava saber o que anotar. Se as audiências duravam em média uma hora, alguns júris só terminavam à noite. Dos júris que assisti, todos começavam por volta das 14 horas e nunca terminavam antes das 19 horas. O mais longo teve seu fim às 22 horas.

Como definir o tipo de anotação a se fazer? Quão detalhadas deveriam ser as minhas notas? Eu deveria tentar anotar as frases por inteiro, palavra por palavra? Deveria colocar minhas impressões a respeito do que observava? Se eu anotasse uma fala por completo, poderia perder a fala seguinte. Se não anotasse, poderia perder uma ideia essencial. Enfim, ao longo da pesquisa, refleti bastante sobre esse processo de tomada de notas, até que defini fazer o que estivesse ao meu alcance, sem me preocupar com o que eu supostamente perdia. Como escreveu Dupret (2010), a pesquisa é feita na “ordem do possível”.

Ademais, não há uma maneira correta ou natural de se escrever sobre o que se observa. Como as descrições envolvem questões de interpretação e de percepção, diferentes descrições das mesmas situações e eventos são possíveis. Essas descrições são escritas de diferentes pontos de vista; elas moldam e apresentam o que aconteceu de diferentes maneiras – em parte porque os pesquisadores observaram pessoas e ocasiões distintas, mas também porque cada um deles fez diferentes escolhas quando escreveram (Emerson, Fretz, & Shaw, 1995, p. 4-11). Assim, o conteúdo de meu bloco de anotações alterna entre algumas páginas mais densas, com diálogos completos e descrições detalhadas, e outras menos refinadas,

com anotações de palavras-chave e ideias gerais.

Se esses problemas já apareciam durante as audiências e os júris, no trabalho interno os obstáculos eram ainda mais complexos. Eu não só tinha uma variedade de ações para anotar – afinal, eram mais de cinco pessoas trabalhando quase que a tarde toda num espaço aproximado de 70 m² – como teria de lidar com essas anotações de outra maneira. Ao contrário do que ocorria fora da secretaria, onde eu podia escrever em meu pequeno bloco quase que o tempo todo, dentro da secretaria, eu não me sentia à vontade para fazê-lo. Eu não queria que os funcionários se sentissem desconfortáveis e também não gostaria que eles me atrapalhassem fazendo perguntas. Eu estava ali numa dupla condição: estagiário/pesquisador; eles não. Estavam ali enquanto servidores públicos. Fazer anotações num bloco de papel o tempo todo não é algo comum de se ver numa secretaria de tribunal.

Tratava-se, portanto, de uma situação ambivalente, na qual eu gostaria de preservar a espontaneidade do momento, tomando notas assim que as coisas fossem faladas e as cenas fossem vistas, ao mesmo tempo em que achava que sacar o caderno de anotações e tomar notas poderia arruinar o momento e quebrar a confiança das pessoas. Afinal, as anotações interferem nas interações com as pessoas no campo; elas criam dificuldade em interagir com os outros enquanto se deseja observar e escrever sobre o que se observa (Emerson et. al., 1995, p. 17-38).

Eu deveria pensar numa forma de lidar com esse obstáculo. Minha ideia foi então deixar as anotações para momentos como o lanche e o final do expediente, quando eu fazia pequenas notas, as quais poderiam ativar minha memória à noite, quando voltava para casa e construía um caderno de anotações mais denso. Essa estratégia exigiu um esforço extra. Excetuando os dias de júri, eu costumava retornar às 18h30. Em geral, passava pelo menos mais uma hora e meia todos os dias ampliando e detalhando meu caderno de anotações. Embora cansativa, essa dinâmica possibilitava a reflexão a respeito do que havia visto no tribunal ao longo do dia. Escrever um caderno de campo mais denso depois da saída do campo de pesquisa possibilitava a construção de anotações

mais lógicas e detalhadas sobre o que eu experimentara ao longo do dia. Além disso, por questão de facilidade, decidi escrever essas anotações numa ordem cronológica, embora tivesse pensado em colocá-las no papel dividindo-as por temas.

Ainda em relação aos problemas práticos de pesquisa, o diálogo com a estagiária me colocou outra questão: como interagir com as pessoas? O que eu poderia falar? O que eu não poderia dizer? Eu estava lá há dois dias; definitivamente, eu não era um “membro”. Aos poucos, no entanto, fui percebendo que não adiantava muito eu pensar nessas questões. Em um dos dias, logo na primeira semana, uma das escreventes me pediu para ajudá-la a levar alguns mandados até a Central de Mandados, que ficava no primeiro andar do mesmo prédio. No trajeto, ela procurou explicar passo a passo o que eu deveria fazer para cumprir essa tarefa. Ao final, ela disse: “Hoje eu irei junto com você, mas aos poucos você vai aprendendo e poderá ir sozinho.” Na volta, ela me perguntou sobre o mestrado: “Como funciona o seu mestrado? Você ganha bolsa? Paga alguma coisa?”

Essa conversa é significativa, pois mostra, mais uma vez, a posição ambígua na qual eu estava inserido. Se por vezes os funcionários do tribunal me viam como estagiário, procurando me ensinar as tarefas cotidianas de trabalho, em outras ocasiões, eu era reconhecido enquanto pesquisador, alguém que queria informações a respeito de como era o funcionamento da instituição. Em certa medida, essa posição diferenciada me dava uma autonomia que o estagiário não possuía. Eu, por exemplo, poderia parar de realizar uma tarefa interna e, desde que avisando antes à escriturária ou a um dos assessores – dependendo de qual era a tarefa que eu estava realizando – ir assistir às audiências e aos júris.

As interações com os demais funcionários levantavam também uma questão ética de pesquisa. Minha posição enquanto pesquisador exigia um cuidado muito especial no modo como trataria o que vivenciei ao longo do trabalho de campo. Meu trabalho não tem, de maneira alguma, o objetivo de denunciar alguém ou alguma prática. Não pretendo fazer avaliações morais ao longo do texto. Meu intuito, como já disse anteriormente, é descrever a organização

das práticas sociais observadas. As pessoas sabem sobre o mundo em que vivem e no qual trabalham; precisam conhecê-lo para avançarem em meio à sua complexidade⁶ (Becker, 1998). O que me diferencia delas não é uma capacidade distinta de examinar as coisas, mas uma posição diferente dentro da instituição e algum conhecimento metodológico que me permite perceber a organização dos fenômenos de acordo com determinadas regras que a ciência coloca aos pesquisadores.

Por fim, destaco outra cena interessante, ocorrida ainda na primeira semana, quando uma senhora foi até o balcão e cumprimentou a todos. Pelo jeito de falar, ela parecia estar embriagada. Ela procurava um determinado defensor público. A assessora do juiz a levou até sala de espera do defensor. Ela disse que a mulher estava mesmo com um baita “bafo de cana”. Ao final, os escreventes perguntaram se eu iria colocar esse episódio da mulher bêbada – que chamou um deles de “tigrão” e a outra de “tigresa” – em minha dissertação: “Olha o que você vai escrever, hein” – disse ela. “A gente vai ser a sua banca avaliadora. Vamos querer ler isso, hein!” completou outro.

Essa passagem me fez refletir bastante a respeito do meu próprio trabalho. Por mais que um trabalho científico vá ser avaliado por uma banca acadêmica, ninguém melhor do que os próprios “membros” para analisar a descrição fina daquilo que lhes é familiar. De certa maneira, se eles se reconhecerem no que aqui está escrito, acredito que terei feito um bom trabalho.

6. O que a etnometodologia propõe é uma análise que leve em conta a maneira pela qual as pessoas, coletivamente, definem a situação na qual sua ação ocorre. Assim, o que o pesquisador tem de fazer é observar como as pessoas expressam essa definição por meio de suas ações. A etnometodologia, então, leva a sério as pessoas ordinárias, em situações ordinárias, fazendo uso da linguagem ordinária. Dessa forma, podemos definir a etnometodologia como o estudo dos etnométodos, isto é, das técnicas culturais utilizadas pelas pessoas para realizar suas tarefas práticas cotidianas. Trata-se, portanto, de uma sociologia compreensiva e praxeológica que, além de abolir a ideia de um método único para se entender todo o mundo social, leva a sério o sentido que as próprias pessoas dão às suas ações.

6 Pensando as entrevistas

Ter ido ao Tribunal do Júri todos os dias da semana, ao longo de um mês e meio, certamente me permitiu conhecer e experimentar uma imensidão de dinâmicas específicas e contextuais. Não ter me restringido à observação das sessões de julgamento do júri foi uma opção interessante, pois me abriu os olhos para uma ampla gama de práticas que, embora fundamentais para a realização ordenada do trabalho rotineiro, são negligenciadas pelas pesquisas em Direito e em Ciências Sociais.

Foi a partir de conversas com os escreventes que pude descobrir e entender como é feita, por exemplo, a seleção das pessoas para integrar a lista de jurados, de onde serão sorteados aqueles que efetivamente participarão do júri. Essas conversas diárias com os diferentes funcionários possibilitou também o acesso direto ao jurado mais antigo do tribunal, o qual foi o primeiro entrevistado. Permitiu, ademais, pensar em quais os jurados deveriam e poderiam ser entrevistados e por quê. De acordo com Coulon (1995):

Captar o ponto de vista dos membros não consiste simplesmente em escutar o que dizem nem mesmo em pedir-lhes que explicitem o que fazem. Isto implica situar as descrições deles em seu contexto, e considerar os relatos dos membros como instruções de pesquisa (p. 91).

Ao longo das primeiras duas entrevistas, procurei então, seguir a sugestão de Coulon (1995) e deixei que os próprios membros me sinalizassem para onde caminhar. Como boa parte das conversas foi a respeito de suas experiências enquanto jurados e dos problemas práticos gerados pela função, ambos me sugeriram entrevistar o presidente e o vice-presidente da Associação dos Jurados de Juiz de Fora.

Embora tenha conseguido entrevistar o primeiro deles, preferi não contatar o segundo, porquanto aquele me dissera que este passava por problemas particulares bastante complicados.

Assim, embora tivesse a intenção de conversar com ambos, uma pesquisa possui um cronograma e um prazo a serem cumpridos, isto é, como diria Garfinkel (1984), a pesquisa é uma atividade prática e por esse

motivo, deve terminar em algum momento; não podemos assim, passar a vida toda colhendo dados e experimentando essas idas e vindas do campo à análise, o que acaba gerando violações na “maneira como a pesquisa deveria ser feita”.

7 Realizando as entrevistas

A ideia de realizar entrevistas com os jurados vem desde o início do projeto de pesquisa. A princípio, meu planejamento incluía também a realização de entrevistas do tipo semi-diretiva com outros funcionários envolvidos nas dinâmicas de trabalho do tribunal, tais como os advogados, os promotores, os escreventes, a escrivã, os assessores e o juiz. Entretanto, em razão do tempo escasso, da dificuldade de agendar datas e horários com cada um deles e da necessidade de se fazer um recorte de pesquisa menos amplo, optei por entrevistar apenas os jurados.

Além disso, de certa forma, as conversas diárias com os funcionários supriam parte dessa demanda. A necessidade de entrevistar os jurados se dava justamente porque meu contato com eles não era rotineiro.

Assim, a partir dessas entrevistas, eu buscava compreender melhor a entrada deles num contexto institucional marcadamente técnico e burocratizado, isto é, como eles dão conta de realizar suas tarefas práticas de jurados. Por se manifestarem pouco ao longo dos júris – ao menos oralmente – eu entendia essencial ouvi-los, mesmo que fosse num contexto completamente diferente, no caso, o de uma entrevista acadêmica.

Definir quem entrevistar é sempre um problema. De início, uma estratégia que me pareceu acertada foi a de escolher aleatoriamente, a partir da lista dos jurados do ano de 2012, um número praticável de entrevistados – inicialmente, pensei em algo em torno de dez a quinze pessoas. Essa ideia, no entanto, não durou muito tempo. Ainda no estágio, na terceira semana, um dos escreventes me apresentou a um jurado que segundo ele, era o mais antigo do tribunal – na entrevista, ele me disse que já trabalhava como jurado há 34 anos. Conversando com ele, uma infinidade de ideias passou pela minha cabeça. Aquele

senhor possuía uma experiência riquíssima dentro do tribunal. Ele tinha de ser o primeiro entrevistado. Assim, percebi que não adiantaria planejar uma lista de entrevistados *a priori*. Talvez fosse melhor eu deixar com que cada jurado me guiasse a outro, e assim por diante.

Agendar a primeira entrevista foi uma tarefa trabalhosa. Eu tinha dúvidas se os jurados aceitariam ser entrevistados. Além disso, refleti bastante a respeito do local onde as entrevistas deveriam ser realizadas. Assim que entrei em contato por telefone com o jurado, ele não se lembrou de mim e disse que seria um pouco complicado fazer a entrevista. Pedi então para que eu ligasse dali a uma semana. Quando voltei a contatá-lo, ele me pareceu mais solícito já que se colocou à disposição para conversarmos assim que eu pudesse. Sua única preocupação parecia ser a extensão da conversa. Disse então que a entrevista não passaria de quarenta minutos. Perguntei ainda onde ele se sentiria mais confortável para conversarmos. Ele disse que poderia ser em sua casa. Anotei o endereço e agendamos um horário no sábado, logo após o almoço, quando ele estaria em casa.

Não foi difícil encontrar o local da entrevista. A casa do jurado ficava próxima a uma avenida movimentada da cidade. Observando a vizinhança, repleta de casas antigas, algumas com pinturas desgastadas e portões velhos, inferi que se tratava de um bairro de classe média baixa. A fachada da casa estava má conservada e o jardim parecia mal cuidado, pois as plantas não estavam podadas. Havia um carro na garagem. Assim que toquei a campainha, ele me atendeu e fomos até o primeiro cômodo da casa, uma sala de televisão bem simples, com um sofá antigo e uma poltrona. Antes de entrar no assunto da entrevista, procurei conversar com ele um pouco. Falamos de futebol e de como a cidade estava crescendo espantosamente na última década. Isso me pareceu uma estratégia interessante para poder deixá-lo o mais relaxado possível.

Eu tinha também a preocupação de pedir a autorização para gravar a conversa⁷. O gravador seria uma

ferramenta importante para eu poder me concentrar no entrevistado, não na tomada de notas, isto é, eu não queria danificar as interações ao longo da conversa olhando para o caderno de anotações. Por outro lado, o uso desse instrumento poderia inibi-lo de alguma maneira.

Ele aceitou a gravação. Deixei o gravador numa pequena mesa ao lado da poltrona onde ele estava sentado. Escolhi esse lugar porque imaginei que ali ele não olharia o tempo todo para o instrumento. Minha impressão inicial era de que o gravador havia o inibido um pouco no início. Suas respostas eram curtas e muitas vezes ele gaguejava um pouco ou demorava até dizer que “não se lembrava bem”. Essa impressão, no entanto, talvez não seja a mais adequada. Isto porque mesmo depois de desligar o gravador, sua postura continuava a mesma. A situação só mudou quando eu dei por encerrada a entrevista: “Está certo Sr. Vilson⁸, muito obrigado pela conversa”. Essa frase marcou o final de um determinado tipo de interação. Depois disso, voltamos a conversar, só que sem “estarmos numa entrevista”. Isso fez toda a diferença. As falas dele me pareciam mais espontâneas – eram falas mais longas, inclusive – e sua postura havia mudado; ele ria mais e não gaguejava. Essa cena é interessante para perceber que não é o simples uso do gravador que modifica a forma pela qual as pessoas interagem. O que faz de uma entrevista uma entrevista é seu caráter formal e seus marcadores de início e de fim. Ninguém começa ou termina uma interação cotidiana da forma pela qual eu o fiz na conversa com este jurado. O caráter mais formal e artificial – se comparado à maioria das interações

studied that I started with tape-recorded conversation, but simply because I could get my hands on it and I could study it again and again, and also, consequentially, because others could look at what I had studied and make of it what they could, if, for example, they wanted to be able to disagree with me.” (Não foi a partir de qualquer grande interesse pela linguagem ou de alguma formulação teórica do que deveria ser estudado que eu comecei a trabalhar com conversas gravadas em áudio; mas simplesmente porque eu poderia colocar minhas mãos nesse material e estudá-lo incessantemente; e também, consequentemente, porque os outros poderiam olhar aquilo que eu havia estudado e fazer o que eles pudessem, se, por exemplo, eles quisessem ser capazes de discordar de mim [tradução livre]).

8. Como este trabalho não possui qualquer objetivo de denunciar práticas ou pessoas, mas apenas compreender como as coisas efetivamente acontecem, todos os nomes são fictícios.

7. Segundo Sacks (1984): “It was not from any large interest in language or from some theoretical formulation of what should be

cotidianas – transforma a ação dos entrevistados em “respostas-a-perguntas-de-entrevistas”.

Essa experiência e minhas reflexões a respeito dela me fizeram modificar algumas características para a entrevista seguinte. Eu deveria minimizar essa formalidade e essa artificialidade. A retirada desses marcadores típicos de entrevistas seria um passo essencial. Além disso, eu decidi parar de me referir a esses encontros como “entrevistas”, passando a denominá-los como “conversas”.

O contato deste outro jurado me foi passado pelo primeiro entrevistado, justamente na conversa “pós-entrevista”, quando ele comentou bastante a respeito da criação da Associação dos Jurados da cidade.

Marcar a conversa com ele foi bem mais fácil. Logo na primeira ligação, identifiquei-me como mestrando e esclareci meus interesses de pesquisa. Combinamos de conversar na manhã seguinte, em sua casa.

Assim como na entrevista anterior, não foi difícil encontrar o lugar combinado. A casa dele ficava no centro da cidade, numa rua movimentada, a duas quadras do fórum. Tratava-se de um prédio, com poucos andares. Chegando lá, toquei o interfone. Quem atendeu foi sua mulher, que pediu para eu subir até o terceiro andar. Ele me recebeu com gentileza e nos sentamos nos sofás de uma sala de estar. A gravação da conversa foi aceita. Eu procurei explicar que esse procedimento facilitaria o trabalho de análise posterior dos dados.

Ao longo da conversa, o jurado mostrou-se muito mais à vontade. Sua postura era bem diferente da do primeiro entrevistado, que me parecera inibido pela formalidade do encontro. Nesse sentido, uma cena me pareceu bastante interessante: em meio à entrevista, quando ele falava de como avalia o trabalho do advogado e do promotor ao longo do júri, ele fez referência à minha postura enquanto participante da conversa:

Leandro: - Eu te falei no princípio do nosso bate-papo. (...) Ele tem que perceber... Você tá falando comigo e tá com uma postura de que o papo está interessante. Se ele não estivesse interessante,

você teria uma outra postura.” [Ele movimentava-se no sofá, mostrando uma postura de quem estaria pouco interessado, com o corpo mais “jogado” no sofá].

Essa fala é expressiva, pois mostra a importância da forma que o pesquisador se comporta ao longo de uma entrevista. O fundamental nessas cenas é parecer interessado, por mais que em determinados momentos da conversa isso seja uma tarefa árdua. O interesse do entrevistado é, muitas vezes, reflexo da postura do entrevistador.

Além disso, destaco também a forma pela qual as perguntas foram construídas contextualmente, ao longo de cada conversa. Eu não tinha perguntas pré-formuladas; não havia um roteiro. Em meu caderno, escrevia apenas algumas palavras-chave – decisão, rotina, ingresso no júri, associação de jurados, etc. – que poderiam me ajudar no caso de eu não perceber nenhuma pista deixada pelo próprio jurado.

As entrevistas com esses jurados me levaram a procurar o presidente da Associação dos Jurados da cidade de Juiz de Fora/MG. O contato foi feito pelo telefone, quando combinamos de nos encontrar num final de semana pela manhã, para conversarmos. Assim como nas entrevistas anteriores, apresentei-me como um estudante de mestrado que nutria um profundo interesse pelo júri e pela participação dos jurados neste tribunal.

A entrevista foi realizada numa praça próxima ao local onde nos encontramos. O local, embora aberto, não era barulhento, dando à gravação qualidade razoável.

O início da conversa deu-se com a seguinte manifestação: “Mas então, Fábio, o que é que você quer saber?”

Essa frase é definitivamente perturbadora porquanto, embora os objetivos de pesquisa sejam definidos pelo pesquisador, ao trabalhar sob a perspectiva da etnometodologia os assuntos importantes são dados pelos membros. Ao pesquisador, cabe a tarefa perceber a organização da experiência social daqueles que observa e com quem conversa ao longo da investigação.

De toda forma, eu tentava iniciar a conversa perguntando como a pessoa chegara até o Tribunal do Júri, procurando evitar qualquer interrupção enquanto o jurado construía sua resposta. As perguntas posteriores, assim, eram formuladas a partir do que eu havia entendido das respostas anteriores, sabendo, evidentemente, que o assunto principal da conversa era o Tribunal do Júri.

Além disso, sendo o presidente da associação dos jurados, e tendo eu explicitado meu conhecimento sobre essa condição logo no contato inicial, ele tendia a elaborar suas falas comentando sobre a “figura do jurado” e a “importância da associação”.

Ao longo da entrevista, ele me perguntou quem mais eu havia entrevistado. Respondi que havia falado com dois de seus colegas e foram justamente eles que mencionaram seu nome. Ele então, perguntou se eu conversaria com mais alguém. Eu disse que pensava em entrevistar o vice-presidente da Associação e também alguns jurados novatos, para estabelecer uma comparação. Irônico, ele disse que talvez não fosse interessante entrevistar um novato, pois ele provavelmente não saberia nada sobre o Tribunal do Júri. Diante dessa reação, acabei entrevistando uma jurada que havia participado de poucos julgamentos, há cerca de dois anos. Ela foi minha última entrevistada.

Interessante destacar também a maneira pela qual a entrevista se encerrou:

Pascoal: – O que que eu posso te servir mais, Seu Fábio?

Fábio: – Tá ótimo! Por mim...

Pascoal: – Outra coisa. Se você se lembrar de outra coisa durante o período que você estiver fazendo o trabalho, você pode me ligar, de preferência à noite, porque...

Fábio: – Fica mais fácil...

Pascoal: – Fica mais fácil de eu falar com você. Durante o dia tem sempre alguém que interrompe...

Porque lá é dinâmico. Você entende isso. Não é questão de... É que fica mais fácil da gente conversar. Pode ser à noite, depois das 7 horas, das 8 horas... Não tem problema, não. Pode me ligar.

Essa passagem é importante porque ajuda a compre-

ender o que uma pessoa espera de uma entrevista. O entrevistado possui uma ideia de por que ele foi escolhido. No caso, ele sabia que havia sido entrevistado por ser o presidente da Associação dos Jurados. Isso implica numa expectativa de que o entrevistador anseie por determinadas informações, no caso, sobre o Tribunal do Júri e a Associação dos Jurados. O entrevistado marca essa expectativa tanto no início da conversa, quanto no final.

Segundo Have (2004), “interviews are often deeply *moral* events with important implications and consequences for the interviewee, while interviewers do interviews as part of their standard professional routines” (p. 57).⁹ Não é possível negar, portanto, a natureza diferente dos dados coletados nas entrevistas em relação àqueles advindos da observação participante. Nesse sentido, a pergunta essencial a ser respondida é: como aquilo que ocorre num contexto de entrevista pode se relacionar com o que é observado fora dela?

8 Intensificando a análise dos dados

Dizer que a análise dos dados coletados ao longo da investigação científica é um passo posterior à própria coleta me parece contraditório ao que experimentei ao longo do trabalho. Tanto a estrutura da pesquisa, quanto os problemas a serem estudados surgem de um processo dialético, entre as idas e vindas, do laboratório ao campo (Blumer, 1986; Geraldo, 2011). Durante todo meu estágio no tribunal, procurei refletir a respeito do que havia visto e experimentado a cada dia. Em meu caderno de campo, por exemplo, há uma série de comentários que me ajudaram e ainda me ajudam a definir um caminho de pesquisa. Isso reflete em boa parte das minhas escolhas posteriores, inclusive na forma como entrevistei os jurados. Assim, posso afirmar que a análise dos dados foi elaborada desde o início da investigação.

No entanto, não é falso afirmar que essa análise é intensificada a cada dia de pesquisa. E por um motivo

9. “(...) em geral, as entrevistas são eventos profundamente morais, com importantes implicações e consequências para o entrevistado, enquanto que os entrevistadores as fazem como parte das suas rotinas profissionais padrão” (tradução livre).

muito simples: a cada dia que se passava, possuía mais dados e mais reflexões sobre eles. Se no início eu tinha apenas uma vaga ideia do que era o Tribunal do Júri, o que as pessoas faziam lá e qual o papel dos jurados nesse processo, hoje, mais de um ano depois, tenho uma imagem bem menos nebulosa sobre todos esses fenômenos, graças à experiência adquirida no campo. Um exemplo: antes do meu primeiro dia no Tribunal do Júri, o que eu sabia a respeito dos critérios de escolha dos jurados era apenas o que está escrito no Código de Processo Penal, ou seja, que a lista seria elaborada, a pedido do juiz, a partir de indicações de autoridades locais, associações de classe e de bairro, entidades associativas e culturais, instituições de ensino em geral, universidades, sindicatos, repartições públicas e outros núcleos comunitários. Em conversas com os escreventes, entretanto, eles me contaram que a lista de jurados é feita por meio da justiça eleitoral; depois disso, é feita uma triagem pela escrivã, na qual ela tenta montar uma lista em que as pessoas sejam disponíveis para atuar nos júris. Assim, pessoas que moram muito longe do fórum e não teriam condições financeiras nem tempo para pagar uma condução na ida e na volta, são por vezes evitadas.¹⁰

Essa experiência é significativa em dois sentidos: no primeiro, ela valoriza a investigação empírica, pois mostra como o “direito nos livros” é bastante diferente do “direito em ação”;¹¹ no segundo, ela reforça a ideia de que não faz muito sentido, nesse tipo de trabalho, pensar em hipóteses e problemas de pesquisa antes da ida ao campo.

Além do processo de seleção, minhas reflexões sobre

as observações no campo e as entrevistas me permitiram perceber a importância da rotina de trabalho no tribunal e de sua relação com a criação da Associação dos Jurados e com a discussão sobre democracia e participação popular.

9 Considerações finais

A realização de uma pesquisa qualitativa implica em contornar determinados obstáculos. Antes de serem problemas teóricos, esses obstáculos são também questões práticas. O que estudar? Onde realizar a pesquisa? Quais métodos empregar? O que observar? Como observar? Como interagir com as pessoas? O que anotar? Como anotar? Todas essas são perguntas, além de serem pensadas, devem estar explícitas ao longo do trabalho de um pesquisador.

Dessa forma, o que tentei apontar neste artigo é como, ao longo de minha pesquisa no Tribunal do Júri, procurei lidar com todos esses aspectos práticos. Longe de ser um caminho contínuo, a pesquisa é uma construção que envolve muitas idas e vindas. Definir um objeto, construir uma problemática, realizar o trabalho de campo e analisar os dados coletados não são etapas sucessivas de uma investigação científica. Diferentemente, são movimentos reflexivos que parecem permear toda a prática acadêmica. Discutir uma pesquisa não é apenas, portanto, debater sobre seus resultados, mas, sobretudo, descrever como ela foi realizada.

////////////////////////////////////

10. Para mais detalhes do processo de seleção dos jurados no Tribunal do Júri de Juiz de Fora/MG, ver o capítulo 4 de minha dissertação de mestrado (Ferraz de Almeida, 2013).

11. Compreender o direito em ação é uma preocupação central dos estudos do “Law and Society”, um movimento americano surgido após a 2ª Guerra Mundial, por meio da iniciativa de cientistas sociais interessados em analisar o direito (Friedman, 1986). Ele se diferencia da Sociologia do Direito por tentar acomodar não só as preocupações teóricas e metodológicas da sociologia, mas também das demais ciências humanas, como a ciência política, a antropologia, a economia e a psicologia. Dentre as principais temáticas trabalhadas, destacam-se os trabalhos sobre educação jurídica, administração da justiça e políticas públicas (Banakar, 2009).

10 Referências

- Adorno, S. (1994). Crime, justiça penal e desigualdade jurídica: as mortes que se contam no Tribunal do Júri. *Revista USP- Dossiê Judiciário*, 132-151.
- Banakar, R. (2009). Law Through Sociology's Looking Glass: Conflict and Competition in Sociological Studies of Law. In A. Denis; D. Kalekin-Fishman (Org.) *The New ISA Handbook in Contemporary International Sociology: Conflict, Competition, and Cooperation*. London: SAGE Publications.
- Becker, H. (1998). *Tricks of the Trade*. Chicago: University Of Chicago Press.
- Blumer, H. (1986). *Symbolic Interactionism: Perspective and Method*. Berkeley: University of California Press.
- Coulon, A. (1995). *Etnometodologia*. Petrópolis: Vozes.
- Dupret, B. (2010). A intenção em ação: Uma abordagem pragmática da qualificação penal num contexto egípcio. *Revista Ética e Filosofia Política*, 2 (12), p. 109-140. Disponível em http://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2010/06/12_2_dupret6.pdf
- Emerson, R.; Fretz, R.; Shaw, L. (1995). *Writing Ethnographic Fieldnotes*. Chicago: University of Chicago Press.
- Ferraz de Almeida, F. (2010). A construção do diálogo institucional: entre a Procuradoria do INSS e as Justiças Federal e Estadual. *Ética e Filosofia Política*, 2 (12), 157-173. Disponível em http://www.ufjf.br/eticaefilosofia/files/2010/06/12_2_almeida9.pdf
- Ferraz de Almeida, F. (2013). *Ninguém quer ser jurado: uma etnografia da participação dos jurados no Tribunal do Júri* (Dissertação de Mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil.
- Figueira, L. E. (2007). *O ritual judiciário do tribunal do júri: o caso do ônibus 174* (Tese de Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Brasil.
- Fontainha, F. C. (2012). *Les (en)jeux du concours: Une analyse interactionniste du recrutement à l'École Nationale de la Magistrature*. Sarrebruck: Éditions Universitaires Européennes.
- Friedman, L. M. (1986). The Law and Society Movement. *Stanford Law Review*, 38, 763-780.
- Garfinkel, H.; & Sacks, H. (1970). On Formal Structures of Practical Action. In McKinney, J.C.; Tiryakian, E.A. (Org.). *Theoretical Sociology*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Garfinkel, H. (1984). *Studies in Ethnomethodology*. New York: Blackwell Pub.
- Geraldo, P. H. B.; Fontainha, F. C.; & Veronese, A. (2010). Sociologia empírica do direito: uma introdução. *Ética e Filosofia Política*, 2 (12), 1-13.
- Geraldo, P. H. B. (2011). *La Proximité au Palais: Une analyse de la socialisation des juges de proximité*. Sarrebruck: Éditions Universitaires Européennes.
- Have, P. (2004). *Understanding Qualitative Research and Ethnomethodology*. London: Sage Publications.
- Kant de Lima, R. (1999). Polícia, Justiça e Sociedade no Brasil: Uma Abordagem Comparativa dos Modelos de Administração de Conflitos no Espaço Público. *Revista de Sociologia e Política*, 13, 3-38.
- Kant de Lima, R. (2008). *Ensaio de Antropologia e de Direito: Acesso à Justiça e Processos Institucionais de Administração de Conflitos e Produção da Verdade Jurídica em uma Perspectiva Comparada*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- Latour, B. (2010). *The Making of Law: An Ethnography of the Conseil d'Etat*. Cambridge: Polity.
- Latour, B.; & Woolgar, S. (1979). *Laboratory Life: The Social Construction of Scientific Fact*. Beverly Hills: Sage Publications.
- Lorea, R. A. (2003). *Os Jurados Leigos: Uma Antropologia do Tribunal do Júri* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil.
- Lynch, M. (1997). *Scientific practice and ordinary action: ethnomethodology and social studies of science*. New York: Cambridge University Press.
- Moreira-Leite, A. M. F. (2006). *Tribunal do Júri: O Julgamento da Morte no Mundo dos Vivos* (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil.
- Nucci, G. S. (2010). *Código de Processo Penal Comentado*. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- Nucci, G. S. (2012). *Tratado Jurisprudencial e Doutrinário: Direito Penal*. São Paulo: Revista dos Tribunais.
- Núñez, I. S. (2012). *Dogmas e Doutrinas: Verdades Consagradas e Interpretações Sobre o Tribunal do Júri* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal Fluminense, Brasil.
- Rangel, P. (2007). *Tribunal do Júri: visões lingüística, histórica, social e dogmática*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.
- Sacks, H. (1984). Methodological remarks. In Atkin-

- son, J. M.; Heritage, J. (Org.) *Structures of Social Action: Studies in Conversation Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Schritzmeyer, A. L. P. (2002). *Controlando o poder de matar: uma leitura antropológica do Tribunal do Júri – ritual lúdico e teatralizado* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo, Brasil. Disponível em <http://www.nevusp.org/downloads/down164.pdf>
- Schritzmeyer, A. L. P. (2007). Etnografia dissonante dos tribunais do júri. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, 19, 111-129.
- Schritzmeyer, A. L. P. (2008). Afetos em jogo nos Tribunais do Júri. *São Paulo em Perspectiva*, 21, 70-79. Disponível em http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v21n02/v21n02_06.pdf
- Streck, L. L. (2001). *Tribunal do Júri: símbolos e rituais*. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- Tourinho Filho, F. C. (2012). *Código de Processo Penal Comentado* (vol. 2, 14 ed). São Paulo: Saraiva.
- Tubenclak, J. (1997). *Tribunal do Júri: contradições e soluções* (5 ed). São Paulo: Saraiva.

Data de submissão/Submission date: 30.01.2014

Data de aceitação para publicação/Acceptance date:
26.06.2014